

ATA NÚMERO 155/XII (3.ª)

Aos seis dias do mês de março de 2014, pelas 18 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Audição do Conselho de Redação da RTP, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

2 — Proposta de audição do Conselho de Redação da RDP.

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, deu as boas-vindas aos membros do Conselho de Redação da RTP, José Ramos e Ramos, Teresa Nicolau e Paulo Jerónimo, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Usou da palavra Teresa Nicolau, que iniciou a sua intervenção afirmando que o Conselho de Redação estava satisfeito com os princípios basilares inscritos na proposta de lei n.º 195/XII (3.ª), bem como com a criação do Conselho Geral Independente que, tal como se diz no preâmbulo da iniciativa legislativa, «procura contribuir, quer para uma cabal eliminação do risco, ou da perceção do risco, de interferência do poder político (...»); que também destacava como pontos positivos os dois objetivos fundamentais inscritos, a credibilidade, a legitimidade e a capacidade de gestão efetiva; que gostaria de ver expresso de uma forma mais exata o consagrado no n.º 2 do artigo 4.º, uma vez que se diz de uma forma vaga «A sociedade pode criar ou extinguir delegações ou qualquer outra forma (...)» mas não de que delegações se trata; que, em relação à responsabilidade pelos conteúdos prevista no n.º 3 do artigo 4.º («As orientações de gestão referidas no número anterior não incidem sobre matérias que envolvam autonomia e responsabilidade editorial pela informação dos serviços de programas da sociedade, a qual pertence, direta e exclusivamente, ao diretor de informação»), era importante saber se essa designação, «diretor de informação», abrange ou não os dois diretores de informação da RTP; que

também gostaria de manifestar o seu agrado pela consagração do regime de incompatibilidades expresso no artigo 10.º e, por fim, perguntou se o parecer previsto na alínea i) do artigo 11.º («Emitir parecer sobre a criação de novos serviços de programas da sociedade ou alterações significativas aos serviços de programas já existentes;») era vinculativo ou consultivo, se o Conselho Geral Independente podia ou não emitir parecer sobre os programas de informação e se essa disposição não poderia estar consagrada de uma forma mais explícita.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Paulo Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE) e André Pardal (PSD).

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) colocou questões sobre o papel do Conselho Geral Independente e a competência para fazer a avaliação deste órgão; a independência das duas direções de programas (de programação e de informação) relativamente à administração; a diminuição da própria capacidade de fiscalização do Parlamento; a interferência do Director-Geral de Conteúdos ao nível da programação e também da informação; o financiamento da RTP; o fecho de delegações e a informação de proximidade; e, por fim, o serviço público de *media*.

O Senhor Deputado Paulo Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre o Conselho Geral Independente, a sua independência, as condições de exercício de mandato dos seus membros e a desgovernamentalização da RTP; as garantias deste novo modelo de governança; a RTP2; o Centro de Produção do Norte e a RTP Internacional.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) falou sobre a separação entre a independência dos jornalistas e o diretor de informação; a precarização dos vínculos e a fragilização da independência dos jornalistas; a reserva que o modelo adaptado para o Conselho Geral Independente merece quanto à sua independência; os conflitos que eventualmente poderão surgir entre os diversos órgãos; o desmantelamento das delegações e a informação de proximidade; e a necessidade de clarificação do Centro de Produção do Norte.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) começou por perguntar se o Conselho de Redação estava disponível para entregar na Assembleia da República a proposta que apresentou sobre o que deve ser o Conselho Geral Independente, a sua composição e o elenco de competências; se existiam fundadas suspeitas de governamentalização da RTP; se o Conselho de

Redação concordava com a alteração do perfil da RTP; e se a proposta apresentada para a informação era ajustada e devidamente protegida.

O Senhor Deputado André Pardal (PSD) debruçou-se sobre o novo modelo de governação; o modo de designação e composição do Conselho Geral Independente (não excluindo a hipótese de nele fazer parte um trabalhador da empresa, tal como acontece com o Conselho de Opinião); a maior transparência e independência deste modelo; o financiamento da RTP e a CAV; a despartidarização e a independência editorial da RTP.

Teresa Nicolau respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que ao nível da informação a RTP tem um serviço público de multimédia que funciona muito bem e que é um dos mais vistos; que há que olhar para o futuro de uma forma mais abrangente e que o digital é cada vez mais importante na forma como se trabalha e faz informação; que é necessário disponibilizar meios tecnológicos para que os jornalistas possam continuar a trabalhar e fazer um serviço público de informação com liberdade, independência editorial e, acima de tudo, num regime de proximidade com todos os cidadãos; que o Conselho nunca teve qualquer conflito editorial com o Director-Geral de Conteúdos; que é essencial que com o Conselho Geral Independente seja garantida a autonomia;

Mais acrescentou que o CGI poderia integrar um representante da empresa; que, para além da desgovernamentalização, o Conselho de Redação e os jornalistas da televisão gostariam que não houvesse partidarização na RTP; que era importante que a RTP2 tivesse um papel de informação, tanto em reportagens maiores como em serviço informativo; que a RTP Internacional continua a ser um pilares do serviço público de informação e a manter a ligação não apenas com os portugueses que estão lá fora mas também com aqueles que falam a língua portuguesa; que o Centro de Produção do Norte é um dos pilares da informação de proximidade do serviço público; que não há vínculos precários na Redação;

Também afirmou que o Conselho de Redacção vê como positivo o modo de designação dos membros do Conselho Geral Independente; que as delegações são um cunho da RTP, que retratam o País de norte a sul, as regiões autónomas e o mundo português e de língua portuguesa; que, em relação ao possível conflito entre os diversos órgãos, poderá de facto haver uma certa burocratização; que, relativamente ao financiamento da empresa, o Conselho de Redação confia que o Estado proporcione à RTP os meios próprios necessários para que possa funcionar de uma forma clara, independente e abrangente; que o Conselho de Redação está disponível para dar o



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

seu contributo e apresentar a sua proposta para o Conselho Geral Independente; que os jornalistas trabalham com total independência editorial e liberdade no terreno; que não sentem a chamada governamentalização e que a RTP é um exemplo da liberdade de informação; que no contrato de concessão gostariam de ver a informação bem definida, independente, autónoma, sem qualquer confusão entre programas de entretenimento e programas de informação.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros e Agostinho Santa (PS), Paulo Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE) e André Pardal (PSD), tendo Teresa Nicolau no final respondido em bloco às questões colocadas.

Entrando no segundo ponto da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade a proposta de audição do Conselho de Redação da RDP.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140306.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 20 horas e 5 minutos

Palácio de São Bento, 6 de março de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
João Portugal
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Mónica Ferro
Paulo Almeida
Raúl de Almeida
Sérgio Azevedo
João Figueiredo
João Lobo
Paula Gonçalves
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Jacinto Serrão
Lídia Bulcão
Pedro Delgado Alves
Rosa Arezes



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Sandra Pontedeira

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 07/05/2014.